

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Paraná

Class.: 1176

Data: 14.10.90

Pg.: _____

Sem solução a questão na reserva Avá-Guarani

Enquanto não é resolvida a questão na reserva indígena Avá-Guarani, será implantado um posto de saúde para os índios

Texto: Adelmo Müller
Fotos: Juca Pozzo

Praticamente seis meses após o juiz Edgar Lippmann Júnior, de Vara Única da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, ter solicitado à Divisão de Polícia Federal desta fronteira a abertura de inquérito policial para apurar denúncia de invasão e derrubada de matas centenárias na reserva indígena Avá-Guarani, de São Miguel do Iguaçu, distante 70 quilômetros de Foz, é que o processo chegou à Procuradoria da República para oferecimento de denúncia. O procurador Clemerson Merlin Cleve, que esteve nesta reserva no dia 7 de abril passado, baseado na juntada de provas feita pela PF, poderá entrar com Ação Civil Pública contra os acusados. Os índios Avás, que em abril viviam numa situação difícil, estão cada vez pior, fato que sensibilizou o prefeito de São Miguel do Iguaçu, Albino Bissolotti, a criar esta semana um Posto de Saúde na Reserva, deslocando semanalmente um médico para dar assistência aos indígenas.

O pedido de instalação de um Posto de Saúde na reserva indígena Avá-Guarani foi solicitado no final de semana passada, pelo juiz Edgar Lippmann Júnior, durante encontro mantido com o prefeito Albino Bissolotti,

que sensibilizado igual ao juiz federal que conhece os problemas dos indígenas, de imediato, decidiu implantar Posto de Saúde nesta reserva: "Um médico e uma enfermeira irão uma vez por semana atender à reserva Avá-Guarani, fornecendo remédios gratuitos aos necessitados", disse Bissolotti esta semana. Nesta reserva indígena todos os anos são constatados pela Sucam casos de malária, tratados por funcionários de órgão federal na própria reserva.

Vários políticos desta região entendem que o governo federal e Itaipu Binacional devem "definir o quanto antes a situação desta reserva indígena", disse o prefeito de São Miguel do Iguaçu, fazendo eco a várias reivindicações neste sentido já feitas. Os Avás-Guaranis alegam que possuem cerca de 1.500 hectares de terras virgens na foz dos rios Paraná com Jacutinga, no município de São Miguel do Iguaçu e quando do enchimento do grande reservatório da hidrelétrica de Itaipu, em 1982, para compensar a área dos indígenas alagada, Itaipu assentou-os nas margens, do lago, numa área de apenas 250 hectares, "onde já não tinha caça, só preás", afirmam os indígenas.

No início, Itaipu forneceu desde alimentação a barcos com motor e outros utensílios como forma de compensação, mas aos poucos os indígenas

foram caindo no esquecimento e para sobreviver passaram a trabalhar como "bóia-fria" nas lavouros próximos à reserva e vender a madeira e lenha onde faziam desmatamentos nos 250 hectares para plantar milho e mandioca e com isso praticamente desmataram a reserva até abril último, quando a Associação de Defesa e Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, Adeafi, recebeu as denúncias de desmatamentos indiscriminados. Seus dirigentes foram ao local constatato, oficializaram a denúncia junto à Vara Única da Justiça Federal em Foz do Iguaçu, culminando com a ida a reserva, no dia 7 de abril, do juiz federal Lippmann, do procurador Clemerson e do delegado da PF Luiz Carlos Miranda Ramos e vários agentes, que constataram "in loco" as denúncias da Adeafi e prometeram providências urgentes.

No retorno o juiz Edgar Lippmann Júnior exigiu a instauração de inquérito para apurar o desmatamento da reserva ao delegado Luiz Carlos, que iniciou o processo ouvindo o cacique Avá Pedro Alves e o indígena Alfredo Fernandez no dia 10. Ambos confessaram a venda de madeira e lenha e deram os nomes dos donos de serrarias e carvoeiras na região que faziam o desmatamento e pagavam quantias irrisórias pela madeira e lenha se comparado o preço normal da época. Todos os acusados foram ouvidos posteriormente na PF e alegaram inocência, porque portavam "autorização" fornecida por membros da diretoria de coordenação da Itaipu Binacional para "retirada de madeira morta", o que na verdade seria a madeira que ficou dentro do reservatório, no entanto as autoridades, durante a visita, constataram que as madeiras retiradas da reserva não era mortas, mas sim derrubadas a machado e motosserra e as toras arrastadas da reserva com trator dotado de guincho.

Na época, o procurador da República, Clemerson Merlin Cleve disse que a "situação da reserva indígena de São Miguel do Iguaçu é muito grave, os índios estão abandonados e o único funcionário da Funai não é reconhecido pelos indígenas" e reconheceu que os índios vendiam a madeira e a lenha devido à "falta de alimentação". Sentiu a necessidade de atendimento médico e de trabalho de recuperação do solo, com proibição da entrada dos brancos na reserva, construindo cerca ao redor de toda a reserva, mas até agora, com exceção do prefeito que garantiu enviar um médico por semana até a reserva, tudo continua de igual para pior.